

# SELEÇÃO PÚBLICA

# ADVOGADO

**Data: 13/09/2009**  
**Duração: 5 horas**

**Leia atentamente as instruções abaixo.**

**01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:**

a) Este caderno, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo, e as questões da Prova Discursiva.

Português	Conhecimentos Específicos	Discursiva
01 a 05	06 a 50	3

b) Um Cartão de Respostas destinado às respostas das questões objetivas formuladas na prova.

c) Um Caderno de Prova Discursiva.

**02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no Cartão de Respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.**

**03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do Cartão de Respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.**

**04- No Cartão de Respostas, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.**

Exemplo: 

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

**05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.**

**06- Será eliminado da Seleção Pública o candidato que:**

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o Cartão de Respostas.

**Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.**

**O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.**

**Somente faltando 1 hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.**

**07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu Cartão de Respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões não serão levados em conta.**

**PORTUGUÊS**

Leia o fragmento de texto abaixo e responda às questões de nº 01 a 10.

**O MAIS PRECIOSO DOS LÍQUIDOS**

O mais antigo dos filósofos gregos, Tales de Mileto, não deixou nada escrito. Do seu pensamento, só restaram interpretações. A principal delas é a de que tudo se origina da água. A síntese da sua cosmologia do Universo é mais ou menos a seguinte: a Terra flutua sobre a água, que é a causa material de todas as coisas. Essa combinação química de hidrogênio e oxigênio, exaltada por Mileto nos anos 585 a.C., virou metáfora de vida e morte. De um recurso natural inesgotável passou à categoria de um bem escasso, a ponto de as Nações Unidas o definirem como uma provável causa de guerras no futuro deste século.

Mudanças climáticas, desmatamentos, crise de alimentos integram a cada vez mais longa lista de problemas ambientais do planeta. Mas existe uma questão ligada a todas as outras, essencial para cada um dos mais de seis bilhões de seres humanos: a água. Sem ela, não há vida no planeta. Muito mais escassa do que se supunha, a água se tornou uma emergência ambiental.

Riqueza mais valiosa do planeta, a água, porém, é maltratada, poluída e desperdiçada. Encontrar o ponto certo do seu uso é um dos grandes desafios da atualidade, num momento em que, com o crescimento da população, aumenta a demanda pela água e seus serviços básicos, agravando um panorama de escassez.

O aquecimento global vai tornar mais agudo esse quadro de escassez, afetando áreas de cultivo e a produção de alimentos. Segundo estudos recentes, o continente africano vai ser um dos mais afetados nessa questão, com diminuição de recursos hídricos e de irrigação, que tomarão mais agudos os notórios problemas de falta de alimentos na região.

- Ainda falta a percepção geral de que a água é um indicador das mudanças climáticas em todo o mundo, tanto para o excesso como para a escassez – diz Samuel Barreto, coordenador do Programa Água para a Vida, do WWF.

- A água vai nos ajudar a verificar as alterações climáticas apontadas pelo IPCC (Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas), e isso vale também para os eventos extremos, como ciclones e enchentes, que deverão aumentar de frequência e intensidade nos próximos anos. Falar de água, hoje, é falar de segurança mundial. A boa gestão desse valioso recurso natural é a diferença entre a prosperidade e a ruína ambiental.

Gigante pela própria exuberante natureza e detentor da maior reserva de água doce do planeta, o Brasil não está dentro de uma bolha quando se trata de escassez e mau uso da água. O desperdício chega a 40%, quando o padrão internacionalmente aceito é 20%. Boa parte desse desperdício acontece no setor agrícola, no qual o Brasil ainda está muito distante de uma produção sustentável, de acordo com o professor da USP, José Antônio Frizzzone, coordenador do Instituto Nacional de Engenharia e Irrigação.

- Em todos os setores da economia do Brasil, a água é muito mal utilizada, em particular na irrigação, onde é muito grande o desperdício – afirma Frizzzone. – Gasta-se muita água para produzir pouco, quando deveria ser o contrário. Não temos tradição de economizar nossos recursos naturais. E com a água, infelizmente, não é diferente. Segundo o professor da USP, o agricultor brasileiro gasta muita água por carência de uma assessoria que o oriente a evitar o desperdício na produção.

- Ele irriga em excesso para diminuir o risco de uma colheita insatisfatória, ou seja, faz isso com medo de irrigar de menos. É um raciocínio equivocados.

Já nas cidades, lembra Barreto, a realidade é outra: o maior consumo é residencial, área em que há um grande desperdício de água: o brasileiro gasta, em média, cinco vezes mais água do que o indicado como suficiente pela Organização Mundial de Saúde: 40 litros por pessoa. No Brasil são consumidos 200 litros dia/pessoa, em média.

- O consumidor tende a achar que a água vem da torneira e não de um manancial. Faltam campanhas para esclarecer o ciclo que a água passa até chegar ali. O consumidor precisa saber que tem um papel fundamental no uso responsável da água, que fechar a torneira é, acima de tudo, um ato de cidadania – diz Barreto.

(Jornal O Globo, Caderno Especial pelo Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho de 2009, com adaptações)

01. "...o Brasil ainda está muito distante de uma produção sustentável..." (L. 44/45) – De acordo com o contexto, depreende-se que sustentabilidade significa:

- A) sustar o crescimento econômico, garantindo a equidade social e a preservação do patrimônio natural, assegurando às gerações futuras poder participar como espectadores do imperativo processo de desenvolvimento
- B) incentivar o crescimento econômico, planejando e implementando ações que permitam a cada região buscar suas próprias alternativas de desenvolvimento, de acordo com a urgência de suas necessidades
- C) promover o crescimento econômico, do qual prescinde a igualdade social, visando a uma preocupação maior da comunidade internacional com os ilimitados recursos nos quais se assenta o desenvolvimento tecnológico do planeta
- D) harmonizar o imperativo do crescimento econômico com a promoção da equidade social e a preservação do patrimônio natural, garantindo o atendimento às nossas necessidades e às das gerações futuras
- E) atribuir ao Estado o dever de sustentar o crescimento econômico, visando à promoção da igualdade social, através de um modelo de gestão centralizada que permita ao estado patrocinar as ações de políticas públicas, prescindindo tais ações da participação da sociedade, no que concerne às riquezas naturais do planeta

02. No trecho "Gigante pela própria exuberante natureza e detentor..." (L. 39), foi empregado o recurso expressivo da:

- A) paródia
- B) ambiguidade
- C) polissemia
- D) citação
- E) paráfrase

03. Do segmento "...o Brasil não está dentro de uma bolha quando se trata..." (L. 40/41), depreende-se que, quando se trata do mau uso dos recursos hídricos, o nosso país não está:

- A) indefeso
- B) defeso
- C) infenso
- D) inofensivo
- E) infausto

04. "...essencial para cada um dos mais de seis bilhões de seres humanos..." (L. 13/14) – Nesse segmento, observa-se a obediência à norma culta quanto à concordância, o que também se verifica na frase:

- A) As mais de dois milhões de espécies do reino vegetal serão prejudicadas pela escassez de água.
- B) Os mais de seis bilhões de pessoas se ressentirão da escassez de alimentos.
- C) Cada pessoa, cada animal, cada vegetal sofrerão com o desequilíbrio ecológico.
- D) Cada um dos seres vivos devem ter consciência da preservação da natureza.
- E) Não conheço nem uma nem outra atitude ecologicamente correta: tratam-se de ações inconsequentes.

05. O excerto "Muito mais escassa do que se supunha, a água se tornou uma emergência ambiental." (L. 15/16) pode ser reescrito, de acordo com o registro formal e sem alteração semântica, do seguinte modo:

- A) À medida que é muito mais escassa do que se supunha, a água se tornou uma emergência ambiental.
- B) À medida em que é muito mais escassa do que se supunha, a água se tornou uma emergência ambiental.
- C) Na medida em que é muito mais escassa do que se supunha, a água se tornou uma emergência ambiental.
- D) Na medida que é muito mais escassa do que se supunha, a água se tornou uma emergência ambiental.
- E) A medida na qual é muito mais escassa do que se supunha, a água se tornou uma emergência ambiental.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

06. Dentre os requisitos abaixo, aquele que não é uma exigência obrigatória para a escolha de Ministro do Supremo Tribunal Federal é:

- A) ser brasileiro nato
- B) ter reputação ilibada
- C) ser proveniente da magistratura
- D) ser cidadão, no gozo dos direitos políticos
- E) ter mais de 35 (trinta e cinco) e menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade

07. O Superior Tribunal de Justiça não é competente para processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns:

- A) os Ministros de Estado
- B) os Governadores dos Estados
- C) os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados
- D) os membros dos Tribunais de Contas dos Estados
- E) os membros dos Tribunais de Contas dos Municípios

08. É vedado em qualquer hipótese, pela Constituição Federal de 1988, em matéria orçamentária:

- A) a abertura de crédito suplementar
- B) a abertura de crédito especial
- C) o remanejamento de recursos de um órgão para outro
- D) a instituição de fundos de qualquer natureza
- E) a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais

09. Está em desacordo com as regras constitucionais de observância obrigatória dos Estados para organização da Justiça estadual:

- A) a possibilidade de criação de Justiça Militar estadual
- B) a lei de organização judiciária ser de iniciativa do Tribunal de Justiça
- C) a iniciativa do Tribunal de Justiça para propor a criação de varas especializadas com competência exclusiva para questões agrárias
- D) a possibilidade de o Tribunal de Justiça constituir Câmaras regionais, a fim de funcionar descentralizadamente
- E) a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Federal

10. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a participação na formulação da política e da execução das ações de saneamento básico, compete, na forma da lei, ao:

- A) Sistema Único de Saúde
- B) Fundo de Participação dos Municípios
- C) Fundo de Participação dos Estados
- D) Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Naturais
- E) Conselho Nacional de Ações Sociais

11. A Constituição Federal de 1988 não veda a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a:

- A) direitos políticos
- B) direito eleitoral
- C) partidos políticos
- D) majoração de impostos
- E) diretrizes orçamentárias

12. A Constituição Federal de 1988, quanto à estabilidade, é classificada como:

- A) Escrita
- B) Rígida
- C) Democrática
- D) Analítica
- E) Dogmática

13. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- A) direito agrário
- B) informática
- C) transporte
- D) orçamento
- E) seguridade social

14. Leia o texto abaixo.

### "O PESADELO DO DIA SEGUINTE"

Vinte e quatro horas após a posse de Fernando Collor, a ministra Zélia Cardoso anunciou, diante de uma nação atônita, um pacote de medidas econômicas que incluíam o confisco de toda importância superior a 50 mil cruzados novos depositados em contas correntes, poupança e demais investimentos. Foi o sinal de partida para o galope da inflação, o crescimento da recessão e a quebra de pequenas e médias empresas – o que levou a inúmeros gestos desesperados. Anos depois, Collor comentaria: "Estava tudo errado, Eduardo Modiano (BNDS) suava, Zélia gaguejava e Ibrahim Eris (Banco Central) fumava sem parar".

Revista Isto é, 30 anos – edição de aniversário (com adaptações)

O impacto causado à população em razão do congelamento de ativos financeiros em 1990, por meio de Medida Provisória, fez com que a Constituição passasse a vedar a edição de tal instrumento para "a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro". Essa nova redação constitucional é fruto da seguinte Emenda Constitucional:

- A) nº 18, de 1998
- B) nº 32, de 2001
- C) nº 40, de 2003
- D) nº 41, de 2003
- E) nº 45, de 2004

15. Considere as seguintes assertivas.

- I- O mandado de segurança pode ser impetrado por pessoas naturais ou jurídicas em defesa de direitos individuais.
- II- O *habeas corpus* é uma garantia individual ao direito de locomoção, estando o órgão competente para seu julgamento vinculado à causa de pedir e pedidos formulados.
- III- O *habeas data* poderá ser ajuizado por pessoa física, brasileira ou estrangeira, e por pessoas jurídicas.
- IV- A ação popular é um instituto de defesa de interesse público e somente pode ser proposta por pessoa física, brasileiro ou estrangeiro.
- V- O direito de petição aos Poderes Públicos contra ilegalidade é assegurado a todos, independentemente do pagamento de taxas.

Em relação aos chamados *remédios constitucionais*, estão corretas as assertivas constantes em:

- A) I e IV
- B) II e III
- C) I, III e V
- D) II, III e IV
- E) I, II e V

16. Em uma licitação, para aquisição de uniformes pelo menor preço global, 8 empresas que participaram do certame foram inabilitadas e apenas 3 passaram para a etapa seguinte, em que a Comissão de Licitação avaliaria as propostas comerciais. Com base na Lei Federal nº 8666/93 e considerando que o aviso contendo o resumo do edital de Tomada de Preços foi devidamente publicado, pode-se afirmar que a Administração:

- A) Deverá revogar a licitação, já que a maioria das empresas foram impedidas de participar da segunda etapa do certame.
- B) Poderá conceder prazo de até 8 (oito) dias úteis para que as empresas inabilitadas apresentem novos documentos.
- C) Deverá considerar a licitação fracassada, a fim de repetir os procedimentos licitatórios e garantir uma maior competitividade.
- D) Deverá, após exaurida a fase de habilitação, passar à fase de exame das propostas comerciais das empresas habilitadas.
- E) Poderá anular a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

17. A contraprestação da Administração Pública, de acordo com a Lei nº 11.079/04 – Lei das Parcerias Público-Privadas, poderá ser feita por meio de:

- A) doação de bens públicos imóveis, basicamente
- B) cessão de créditos não tributários e ordem bancária
- C) contraprestações não pecuniárias, exclusivamente
- D) receitas alternativas e cessão de créditos oriundos de impostos
- E) outorga de direitos sobre os bens públicos de uso especial

18. Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, não compõem a Receita Corrente Líquida aquelas qualificadas como:

- A) receitas patrimoniais
- B) receitas de operações de crédito
- C) receitas industriais
- D) receitas agropecuárias
- E) receitas de transferências correntes

19. No que tange à modalidade de licitação denominada pregão, é correto afirmar que:

- A) Na fase de habilitação deve ser exigida documentação relativa à habilitação jurídica e garantia de proposta.
- B) O critério de julgamento deverá ser do tipo técnica e preço, no caso de contratação de bens e serviços de informática.
- C) A doutrina acolhe a escolha do pregão para a realização de obras, serviços de engenharia de pequeno vulto e serviços de informática, sendo obrigatória a aquisição do edital pelos licitantes junto à Administração, como condição para participação no certame.
- D) O prazo para apresentação de propostas, de acordo com a Lei do Pregão, será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.
- E) A adoção do pregão é possível, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas compras e contratações de bens e serviços comuns, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços, previsto na Lei Federal 8.666/93.

20. Com base na Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/92, considere:

- I- O sujeito ativo da improbidade administrativa restringe-se ao agente público com vínculo empregatício.
- II- A aplicação das sanções independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno.
- III- Os atos de improbidade administrativa podem culminar na suspensão dos direitos políticos, na perda da função e na disponibilidade dos bens.
- IV- O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público está sujeito às cominações da lei até o limite do valor da herança.
- V- Os atos de improbidade descritos na lei não podem corresponder aos mesmos crimes passíveis de punição na esfera criminal.

A alternativa que apresenta as assertivas verdadeiras é:

- A) I e V, apenas
- B) II e IV, apenas
- C) I, II e IV, apenas
- D) II, III e V, apenas
- E) II, III e IV, apenas

21. São consideradas *Despesas de Capital*:

- A) aquisições de imóveis já em utilização
- B) aquisições de material escolar
- C) contratações de serviços advocatícios
- D) pagamentos de salário-família
- E) dotações para serviços de conservação de imóveis

22. Compreendem dívida fluante:

- A) créditos de tesouraria e depósitos judiciais
- B) operações de crédito e depósitos de terceiros
- C) cauções recebidas em dinheiro e operações de crédito
- D) depósitos e débitos de tesouraria
- E) restos a pagar processados e créditos de tesouraria

23. Considere as seguintes assertivas.

- I- As terras devolutas e as praias marítimas são, na totalidade, bens da União.
- II- Os prédios públicos desocupados e os mercados públicos são bens públicos dominicais
- III- Os bens públicos de uso especial, enquanto conservarem a sua qualificação, podem ser alienados, na forma que a lei determinar.
- IV- Os bens dominicais situados na área rural não podem ser adquiridos por usucapião.

Em relação ao tema *Bens Públicos* está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas
- B) III, apenas
- C) IV, apenas
- D) I e IV, apenas
- E) II e IV, apenas

24. Considere as seguintes assertivas:

- I- A duração dos contratos administrativos fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, mas em relação à utilização de programas de informática, a duração pode estender-se pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.
- II- O contrato administrativo deve ser alterado unilateralmente pela Administração quando necessária a modificação do regime de execução da obra, em face de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- III- No rol de cláusulas necessárias em todo contrato administrativo incluem-se as que estabelecem os casos de rescisão, os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas.
- IV- O contrato verbal, até o valor de R\$ 10.000,00, é permitido no caso de pequenas compras de pronto pagamento.

Sobre o tema *Contratos Administrativos*, está correto o que se afirma em:

- A) II, apenas
- B) III, apenas
- C) II e III, apenas
- D) I, II e IV, apenas
- E) I, II e III, apenas

25. Caso um órgão estadual pretenda licitar certa obra no valor estimado de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), poderá escolher a modalidade de licitação denominada convite, conforme previsto no art. 23, I, "a" da Lei Federal 8666/93. Um consórcio público formado por quatro entes poderá adotar essa mesma modalidade de licitação para contratar obras e serviços de engenharia até o limite de:

- A) R\$ 150.000,00
- B) R\$ 300.000,00
- C) R\$ 450.000,00
- D) R\$ 600.000,00
- E) R\$ 1.500.000,00

26. Uma empresa de sociedade limitada celebrou contrato de comodato com seu empregado, tendo-lhe entregado um automóvel, pelo prazo de 1 (um) ano. Dois dias depois, entretanto, o empregado comparecia à delegacia de polícia para registrar queixa de furto do automóvel, informando que o tinha deixado em uma rua próxima ao seu local do trabalho e que, quando retornou, constatou que havia desaparecido. Não havia contrato de seguro e, a despeito dos esforços da polícia, o bem não foi recuperado. Nessa situação:

- A) Resolve-se o contrato, e a empresa suportará a perda do bem.
- B) A empresa poderá descontar, dentro da faixa dos limites de consignação, parcelas para o pagamento do veículo furtado.
- C) O diretor-gerente da empresa, responsável pelo comodato, suportará integralmente o prejuízo.
- D) O diretor da empresa responsável pelo comodato suportará o prejuízo subsidiariamente à responsabilidade do empregado.
- E) Suportam ambos os contratantes, solidariamente, o prejuízo.

27. De acordo com as regras do Código Civil, o silêncio no negócio jurídico significa:

- A) ocorrência em que se autoriza ao juiz decidir de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito
- B) declaração de vontade positiva, somente na falta de dispositivo legal regulando a hipótese
- C) declaração de vontade negativa, somente na falta de dispositivo legal regulando a hipótese
- D) ausência de declaração de vontade, salvo nos casos em que não se possa exigir declaração de vontade expressa
- E) anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa

28. O atual Código Civil estabeleceu a prescrição ordinária em:

- A) 5 (cinco) anos, sem distinção para ações pessoais ou reais
- B) 10 (dez) anos, sem distinção para ações pessoais ou reais
- C) 20 (vinte) anos, sem distinção para ações pessoais ou reais
- D) 5 (cinco) anos para ações pessoais e 10 (dez) anos para ações reais
- E) 10 (dez) anos para ações pessoais e 20 (vinte) anos para ações reais

29. Considere as seguintes afirmativas sobre *obrigações alternativas*.

- I- A escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- II- O devedor não pode obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- III- No caso de pluralidade de optantes, não havendo acordo unânime entre eles, decidirá o juiz, findo o prazo por este assinado para a deliberação.
- IV- Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção deve ser exercida na primeira prestação, a qual não mais poderá ser alterada nos períodos seguintes.

Estão corretas somente as afirmativas:

- A) I e II
- B) I e III
- C) II e III
- D) II, III e IV
- E) I, II, e IV

30. A servidão, uma vez registrada, só se extingue com respeito a terceiros quando cancelada, salvo:

- A) nas benfeitorias
- B) nos condomínios
- C) nas desapropriações
- D) nas propriedades rurais
- E) nos prédios dominantes

31. A Súmula nº 385 do Superior Tribunal de Justiça, em relação à anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, quando preexistente legítima inscrição, estabelece que:

- A) cabe indenização por dano moral, além do direito ao cancelamento
- B) não cabe indenização por dano moral, ressalvado o direito ao cancelamento
- C) cabe indenização por dano moral, bem como ressarcimento das despesas com o cancelamento
- D) cabe indenização por dano moral de forma mitigada, ressalvado o direito à retratação
- E) não cabe indenização por dano moral, ressalvado o direito à restituição em dobro do valor cobrado

32. O possuidor direto que tem, temporariamente, a coisa em seu poder, pode defender sua posse contra:

- A) o possuidor indireto, seja a posse direta em virtude de direito real ou pessoal
- B) o possuidor indireto somente quando a posse direta for em virtude de direito real
- C) terceiros, mas não contra o possuidor indireto, salvo quando a posse direta for em virtude de direito pessoal
- D) os compossuidores indiretos, mas não contra o possuidor indireto
- E) terceiros, mas não contra os compossuidores.

33. Nos contratos de adesão, cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio são consideradas:

- A) válidas
- B) nulas
- C) anuláveis
- D) atípicas
- E) negociáveis

34. É hipótese de interrupção contratual:

- A) o aviso prévio indenizado
- B) a aposentadoria por invalidez
- C) o afastamento, por até 3 meses, da mulher vítima de violência
- D) o serviço militar obrigatório
- E) os intervalos de amamentação do filho até que complete 1 (um) ano

35. Considere as assertivas abaixo, sobre férias de empregados.

- I- As férias adquiridas serão devidas, exceto em caso de despedida por justa causa.
- II- O período de férias do empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, pode ser fracionado, de forma que coincida com as férias escolares.
- III- O período de férias dependerá da quantidade de faltas injustificadas do empregado no período aquisitivo, sendo permitido o desconto dos dias de faltas pelos correspondentes dias de férias.
- IV- Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, deixar o emprego e não for readmitido dentro de 60 (sessenta) dias subsequentes à sua saída.
- V- Se o empregado tiver mais de 32 (trinta e duas) faltas injustificadas no período aquisitivo, perderá o direito ao gozo das férias.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I e IV
- B) II e V
- C) IV e V
- D) I, III e IV
- E) II, IV e V

36. O Recurso de Revista é dotado de efeito:

- A) devolutivo
- B) suspensivo ou devolutivo
- C) devolutivo, somente quando interposto contra decisões de indeferimento de recursos em ações coletivas
- D) suspensivo, somente quando interposto contra decisão de embargos de divergência
- E) devolutivo, somente quanto ao reexame de fatos e provas

37. Cabe agravo de petição das decisões do Juiz nas execuções e agravo de instrumento dos despachos que denegarem a interposição de recursos, no prazo, de:

- A) 5 e 8 dias, respectivamente
- B) 10 e 15 dias, respectivamente
- C) 8 e 5 dias, respectivamente
- D) 8 dias, em ambos
- E) 15 dias, em ambos

38. Se, no curso do processo, se tornar litigiosa a relação jurídica de cuja existência ou inexistência dependa o julgamento da lide, se estabelece que:

- A) o juiz não a poderá declarar no mesmo processo
- B) o juiz a poderá declarar *ex officio* por decisão interlocutória
- C) qualquer das partes poderá requerer que o juiz a declare por sentença
- D) caberá somente ao réu da ação requerer que o juiz a declare por sentença
- E) caberá somente ao autor da ação requerer que o juiz a julgue por sentença

39. O Código de Processo Civil estabelece que o cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ações que:

- A) estejam fundadas em dívida contraída a bem da família
- B) tenham como objeto direito pessoal sobre imóveis
- C) resultem de fatos que digam respeito a ambos os cônjuges
- D) versem sobre direitos reais imobiliários
- E) tratem de questões possessórias

40. No que diz respeito às regras do Código de Processo Civil sobre modificações de competência, está correto afirmar que:

- A) A ação acessória será proposta, para livre distribuição, momento em que será determinada a competência do órgão judiciário, sendo irrelevante as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente.
- B) Reputam-se continentes duas ou mais ações, quando lhes forem idênticos o objeto e a causa de pedir.
- C) Somente a requerimento das partes o juiz poderá ordenar a reunião de ações conexas propostas em separado.
- D) Havendo continência, o juiz, de ofício, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente.
- E) Havendo conexão, o juiz, a requerimento de qualquer das partes, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que primeiro seja decidida a ação de que o outro processo esteja pendente.

41. A convenção de arbitragem extingue o processo judicial na seguinte situação:

- A) quando houver a procedência do pedido
- B) sem julgamento de mérito
- C) sem resolução de mérito
- D) com resolução de mérito
- E) quando as partes transigem

42. Sobre os recursos previstos no Código de Processo Civil, a afirmativa correta é:

- A) Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.
- B) Interposto o agravo, o juiz, caso venha a reformar a sua decisão, deverá, após a retratação, abrir prazo de 10 (dez) dias para manifestação do agravado.
- C) Será recebida só no efeito suspensivo a apelação interposta da sentença que decidir o processo cautelar e condenar à prestação de alimentos.
- D) Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado improcedente ação rescisória.
- E) O tribunal pode, ao decidir a apelação interposta em face de decisão que extinguiu o processo sem julgamento de mérito, apreciar desde logo a lide quando a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.

43. Não tem legitimidade para propor a ação rescisória:

- A) o Ministério Público, quando a sentença é o efeito de colusão das partes, a fim de fraudar a lei
- B) o Ministério Público, se foi ouvido no processo, em que lhe era obrigatória a intervenção
- C) o sucessor da parte no processo a título universal
- D) o sucessor da parte no processo a título singular
- E) o terceiro juridicamente interessado

44. O recurso de apelação não será recebido somente no efeito suspensivo, quando interposta de sentença que:

- A) decidir o processo cautelar
- B) condenar à prestação de alimentos
- C) confirmar a antecipação dos efeitos da tutela
- D) julgar procedentes embargos à execução
- E) julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem

45. De acordo com entendimento da Súmula nº 376 do Superior Tribunal de Justiça, a competência para processamento e o julgamento de mandado de segurança contra ato de Juizado Especial é:

- A) da Turma Recursal
- B) do Juiz singular da Vara Civil ou Criminal
- C) do Juiz singular da Vara de Fazenda Pública
- D) do Tribunal de Justiça
- E) do Supremo Tribunal Federal

46. *O governo decidiu prorrogar, por mais três meses, o imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) reduzido para o setor automobilístico, informou nesta segunda-feira (29) o ministro da Fazenda, Guido Mantega. (...) A redução do IPI para carros foi autorizada, pela primeira vez, em janeiro deste ano, quando o setor, e também o resto da economia, sentia mais fortemente os efeitos da crise financeira. Em março, foi autorizada a primeira prorrogação do imposto reduzido. Com a medida, o governo deixou de arrecadar R\$ 1,75 bilhão neste ano. (com adaptações)*

O GLOBO on line, publicada em 29.06.09

Leia as afirmativas abaixo, relativas ao Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI).

- I- Poderá ser cumulativo na forma prevista em lei.
- II- É seletivo em função da essencialidade dos produtos.
- III- Incide sobre produtos industrializados no exterior, hipótese em que o fato gerador se dá quando de sua saída do território estrangeiro.
- IV- Cabe ao Poder Executivo estadual alterar as alíquotas do IPI, se atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei.
- V- São contribuintes do IPI o importador, o industrial e o arrematante de produtos apreendidos ou abandonados, levados a leilão.

Sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas
- B) III, apenas
- C) II e V, apenas
- D) II, IV e V, apenas
- E) I, III e IV, apenas

47. Quanto ao Imposto de Propriedade Territorial Urbana – IPTU, em relação a um imóvel de propriedade de instituição de educação, sem fins lucrativos, quando alugado a terceiros, pode-se afirmar que:

- A) Permanece imune, desde que a destinação do imóvel alugado atenda aos interesses da entidade.
- B) Perderá a imunidade, independentemente no que seja aplicado o valor dos aluguéis.
- C) Perde a isenção, em qualquer caso.
- D) Permanece imune, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais da entidade.
- E) Permanece isento, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades da entidade.

48. O prazo para propor ação judicial objetivando a anulação da decisão administrativa que denegar a restituição do tributo pago indevidamente é de:

- A) 30 dias
- B) 6 meses
- C) 1 ano
- D) 2 anos
- E) 5 anos

49. Considere as seguintes assertivas sobre *Crédito Tributário*.

- I- A anistia pode ser concedida em caráter geral.
- II- A concessão de medida liminar em mandado de segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- III- O parcelamento do crédito tributário exclui a incidência de juros, salvo disposição de lei em contrário.
- IV- O lançamento é ato declaratório do fato gerador e homologatório do crédito tributário.
- V- A isenção, ainda que concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I e II
- B) II e III
- C) I e IV
- D) I, III e V
- E) II, IV e V

50. Dentre as hipóteses extintivas da obrigação tributária, não se inclui:

- A) pagamento
- B) transação
- C) remissão
- D) compensação
- E) moratória

**DISCURSIVA**

Questão 1. De acordo com a Lei n.º 4.320/64, o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Relacione as três modalidades de empenho e exemplifique cada uma delas. *(utilize de oito a doze linhas)*

GRADE DE AVALIAÇÃO	
CONTEÚDO / CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Primeira modalidade e respectivo exemplo	0 a 5 pontos
Segunda modalidade e respectivo exemplo	0 a 5 pontos
Terceira modalidade e respectivo exemplo	0 a 5 pontos
Clareza, coesão e coerência	0 a 5 pontos
Correção gramatical	0 a 5 pontos
<b>Pontuação Máxima</b>	<b>25 pontos</b>

Questão 2. Explique o que são *cláusulas exorbitantes* nos contratos administrativos. Ofereça 3 (três) exemplos. *(utilize de oito a doze linhas)*

GRADE DE AVALIAÇÃO	
CONTEÚDO / CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Definição de cláusula exorbitante	0 a 3 pontos
Primeiro exemplo	0 a 4 pontos
Segundo exemplo	0 a 4 pontos
Terceiro exemplo	0 a 4 pontos
Clareza, coesão e coerência	0 a 5 pontos
Correção gramatical	0 a 5 pontos
<b>Pontuação Máxima</b>	<b>25 pontos</b>

Questão 3. Após a realização de uma licitação pública, na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, a Administração Pública convocou, dentro do prazo previamente estipulado no edital, a empresa vencedora do certame para assinar o termo de contrato. Devido à recusa injustificada do adjudicatário, o gestor público convocou, ainda dentro do prazo de validade das propostas, o 2º classificado, de acordo com a ata relativa à sessão pública.

Ocorre que a segunda empresa convocada alegou que somente concordaria com a contratação se aceitas as condições constantes em sua proposta, inclusive quanto ao preço cotado.

Diante desse cenário, redija um texto dissertativo, dando uma opinião jurídica sobre as seguintes questões:

a) Frente a essa situação, pode a Administração Pública aplicar sanções à empresa vencedora do certame, que se recusou a celebrar o contrato? Por quê?

b) Estaria a empresa, segunda colocada na licitação, obrigada a contratar, nos termos da proposta formulada pela empresa vencedora, já que foi convocada dentro do prazo de validade das propostas? Sua recusa suscita aplicação de sanções? Justifique ambas as respostas.

c) Caso todos os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, não aceitem contratar com a Administração Pública, deverá ser revogada ou anulada a licitação? Justifique. *(utilize de trinta a trinta e cinco linhas)*

GRADE DE AVALIAÇÃO	
CONTEÚDO / CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Análise jurídica do item A	0 a 10 pontos
Análise jurídica do item B	0 a 20 pontos
Análise jurídica do item C	0 a 10 pontos
Clareza, coesão e coerência	0 a 5 pontos
Correção gramatical	0 a 5 pontos
<b>Pontuação Máxima</b>	<b>50 pontos</b>

**Questão 1**

05

10

RASCUNHO

**Questão 2**

05

10

Questão 3

05

10

15

20

25

30

35

RASCUNHO